

ANÁLISE DA CONJUNÇÃO *E* EM ARTIGOS DE OPINIÃO: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Karine da Silva Costa André (UERJ)

karine0127@gmail.com

Isabel Arco Verde Santos (UERJ)

verdesantos@uol.com.br

RESUMO

A abordagem formalista é a adotada pelas gramáticas normativas, cujo caráter é meramente prescritivo. Nesses compêndios, são ditas regras constituintes da variante culta/padrão que se baseiam no uso de uma classe social de prestígio, ignorando as demais variantes da língua. Os fenômenos linguísticos são, muitas vezes, abordados de forma descontextualizada de seu uso efetivo e de sua utilidade discursiva. O presente trabalho tem como objetivo analisar o uso da conjunção *e* no gênero artigo de opinião em jornais digitais de grande circulação, atentando-se para a sua funcionalidade discursiva como item gramatical que, além de estabelecer a coesão, excede o valor exclusivamente aditivo e assume, de forma maleável, outros sentidos no texto. Sendo assim, o artigo tem como aporte teórico, sobretudo, postulados da abordagem funcional, que prioriza as relações, funções e efeitos desses elementos gramaticais, por Maria Helena de Moura Neves. A análise conta ainda com pressupostos da Linguística Textual e da noção de gêneros textuais, que contribuem para abordar a construção dos sentidos no texto em um dado contexto sociointeracional, por Ingedore G. Villaça Koch e Luiz Antônio Marcuschi.

Palavras-chave:

Conjunção. Abordagem funcional. Gênero Textual. Linguística textual.

1. *Considerações iniciais*

A maneira como têm sido conduzidos os estudos e o trabalho com a língua portuguesa, sobretudo nas escolas de nosso país, aponta para a ineficiência e improdutividade da abordagem formalista, amplamente difundida.

A abordagem formalista é a adotada pelas gramáticas normativas, cujo caráter é meramente prescritivo. Nesses compêndios, são ditas regras constituintes da variante culta/padrão que se baseiam no uso de uma classe social de prestígio, ignorando as demais variantes da língua. Os fenômenos linguísticos são, muitas vezes, abordados de forma descontextualizada de seu uso efetivo e de sua utilidade discursiva. Já a perspectiva funcionalista considera o texto em sua totalidade e o contexto de uso em que ocorrem tais fenômenos da língua.

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como objetivo analisar o uso da conjunção *e* em artigos de opinião dos jornais O Globo, Gazeta do Povo e Folha de São Paulo. O intuito é investigar a partir de uma visão funcionalista como esse item gramatical, além de promover a coesão, excede o valor exclusivamente aditivo e assume, de forma maleável, outros sentidos no texto. O foco é a relação e efeito de sentido estabelecidos entre as partes que compõem o texto, orações ou períodos. Para isso, são analisados dois artigos em específico, dando ênfase aos aspectos de natureza semântica presentes nas ocorrências encontradas e considerando, quando pertinente, os fatores relativos ao estabelecimento da coesão e coerência no texto.

2. Gêneros textuais: artigo de opinião

Os Gêneros textuais podem ser definidos como as diversas estruturas de texto que circulam na sociedade e desempenham um propósito sociointeracional. Para Marcuschi, são “*textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.” (2010, p. 23) (grifo do autor).

Dessa maneira, toda comunicação verbal é transmitida por um gênero, tendo em vista que há um texto e um objetivo comunicativo. Marcuschi declara que “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. [...] a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual.” (2010, p. 22 – grifo do autor). Nesse sentido, os gêneros podem ser concebidos como “entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa” (MARCUSCHI, 2010, p. 19).

O autor aponta ainda para um aspecto mais voltado para o funcionamento social, ao dizer que “são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social” (MARCUSCHI, 2010, p. 19). Logo, pode-se perceber que o maior benefício está em “pensar no estudo sócio-histórico dos gêneros textuais como uma das maneiras de entender o próprio funcionamento social da língua.” (2008, p. 208), pois permite analisar a língua em seu funcionamento, na prática, em textos reais, e não em textos fabricados para uma determinada finalidade, como é muito visto em nas abordagens de caráter formalista.

Como a abordagem funcional se preocupa com as relações (ou

funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social, o contexto social e, conseqüentemente, os gêneros assumem papel fundamental no estudo da língua em uso. Daí, a relevância em considerá-los ao trabalho, pois o artigo de opinião cumpre com um propósito social sobre o qual vale refletir, já que o uso do item gramatical em questão, a conjunção *e*, tem relação direta com diversos fatores internos e externos à língua para atingir um objetivo específico com a comunicação.

A tipologia textual predominante no artigo de opinião é a argumentação, pois, como afirma Marcuschi, “entre as características básicas dos tipos textuais, está o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes. Por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma seqüência e não um texto” (2010, p. 28). Portanto, apesar de haver traços linguísticos diversos, como a exposição, a narração, a descrição e até a injunção em menor escala, na construção do texto, a argumentação se faz mais recorrente nesse gênero. A argumentação é, nessa seqüência de base, o predomínio que envolve toda a organização textual, pois conforme assevera Marcuschi, “[quando] se nomeia certo texto como ‘narrativo’, ‘descritivo’ ou ‘argumentativo’, não se está nomeando o gênero e sim o predomínio de um tipo de seqüência de base” (2010, p. 28).

Sobre o projeto discursivo, no gênero artigo de opinião o enunciador além de expor um fato, pretende deixar claro seu ponto de vista sobre ele. O intuito é convencer o leitor da ideia defendida, fazendo com que esse compartilhe, ao final, do mesmo pensamento do produtor do texto. Nesse sentido, faz-se propícia a afirmação de Guimarães de que “o texto é uma unidade. E sua unidade é um efeito ideológico da posição do autor[...]” (1987, p. 14).

Entretanto, os artigos analisados não são uma produção feita por uma pessoa que diz por si, já que os textos são veiculados nos jornais O Globo, Gazeta do Povo e Folha de São Paulo, que disponibilizam seus conteúdos em plataforma digital. Dessa forma, o texto é vinculado a uma entidade social de cunho jornalístico. Logo, a opinião defendida pelo jornal sobrepõe-se a do enunciador, que agora passa a representar do ponto de vista enunciativo. Normalmente, o público-alvo são leitores assíduos que não só conhecem o pensamento defendido pelo corpo, como também pactuam com ele.

O uso da conjunção *e* com sentido de causa e conseqüência e oposição em artigos de opinião, gênero formal em que se exige a variedade padrão da língua, evidencia que esse elemento coesivo é carregado de

grande maleabilidade discursiva. Até em textos mais formais, como o gênero em questão, em que a seleção vocabular é importante para a construção da argumentação, opta-se, ainda, pelo uso do *e*.

3. A conjunção e de acordo com as abordagens formalista e funcionalista

Os estudos no campo da linguagem dispõem do formalismo e funcionalismo como correntes de pensamento. A principal diferença entre elas está na forma como é concebido o fenômeno da língua tal como observa Castilho, “[...]o formalismo e o funcionalismo se distinguem apenas na estratégia de abordagem do fenômeno linguístico e no papel conferido a esses sistemas.”(2012, p. 64). Dessa forma, a primeira abordagem se preocupa exclusivamente com a estrutura do sistema linguístico enquanto a segunda considera as relações e funções entre essas estruturas. Desse modo, uma gramática normativa vai tratar “da estrutura sistemática das formas de uma língua, enquanto uma gramática funcionalmente orientada analisa a relação sistemática entre as formas e as funções em uma língua” (NEVES, 1997, p. 40).

Dessa maneira, o correlato psicológico que rege a orientação formalista é a “competência, isto é, a capacidade de produzir, interpretar e julgar a gramaticalidade das orações” (CASTILHO, 2012, p. 64). Já na funcionalista o correlato psicológico corresponde à competência comunicativa do falante, ou seja:

A capacidade de manter a interação por meio da linguagem. Segue-se que as descrições das expressões linguísticas devem proporcionar pontos de contato com seu funcionamento em dadas situações. A Pragmática é um marco globalizador, dentro do qual se deve estudar a Semântica e a Sintaxe. (CASTILHO, 2012, p. 64)

Apesar da diferença de perspectiva que é adotada pelas abordagens funcionalista e formalista, ambas estudam o mesmo objeto, a língua. Ou seja, abordam com visões diferentes um mesmo objeto, que, se realizado simultaneamente, pode proporcionar à análise maior enriquecimento. Dessa maneira, não são excludentes entre si, muito pelo contrário, se complementam, de modo que, uma tem o foco na forma e a outra na função. Ambas as visões para o estudo da linguagem são de extrema relevância, devendo ser contempladas nos estudos de linguagem.

Acerca da complementaridade entre as duas perspectivas, Dillinger afirma que:

funcionalismo e formalismo não podem, mesmo, ser vistos como alternativas, exatamente porque estudam o mesmo objeto de maneiras diferentes, isto é, porque estudam o mesmo objeto e fenômenos diferentes; assim, um estudo não exclui o outro, sendo ambos complementares e igualmente necessários. (*Apud* NEVES, 1997, p. 50)

Nesse sentido, vale definir o que se entende por coordenação, do ponto de vista normativo. Na gramática normativa de Rocha Lima (1992), o autor parte direto para a definição de conjunções coordenativas:

Palavras que relacionam entre si: a) Dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, [...] oração+ oração etc.). b) Duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta determinação. (LIMA, 1992, p. 184)

A abordagem contempla apenas o aspecto lingüístico sintático, no âmbito formal, desconsiderando o mórfico e, sobretudo, o semântico além de não pontuar acerca de sua funcionalidade. Sobre as coordenativas aditivas afirma que “Relacionam pensamentos similares. São duas: *e e nem*. A primeira une duas afirmações; a segunda (equivale a *e não*), duas negações” (LIMA, 1992, p. 185) (grifo do autor). Nesse caso, o aspecto semântico é privilegiado, mas a definição expressa certa restrição ao considerar somente o relacionamento de ideias semelhantes, quando na verdade, do ponto de vista textual, as possibilidades são múltiplas no estabelecimento dos sentidos.

Na *Gramática escolar da língua portuguesa*, as orações coordenadas estão concebidas como “orações sintaticamente independentes entre si e que se podem combinar para formar grupos oracionais ou períodos compostos” (BECHARA, 2010, p. 351). Novamente, o aspecto sintático é valorizado. Sobre as conjunções coordenativas que as conecta, aborda um caráter mais semântico, se comparado com a das orações de base mais estrutural, quando diz que, “apenas marcam o tipo de relação semântica que o falante manifesta entre os conteúdos de pensamento designado em cada uma das orações[...]” (BECHARA, 2010, p. 352). É perceptível, nessa concepção, um caráter mais funcional ao mencionar o relacionamento entre os itens gramaticais no contexto de uso do falante. Dessa forma, pode-se afirmar que “em todo processo de coordenação há certa unidade de sentido” (GUIMARÃES, 2002, p. 46).

De acordo com a *Moderna Gramática Portuguesa*, que conta com uma seção exclusivamente dedicada à gramática descritiva, porém normativa, o elemento gramatical *e*, trata-se de uma conjunção aditiva que “indica[...]as unidades que une (palavras, grupos de palavras e orações)

estão marcadas por uma relação de adição” (BECHARA, 2001, p. 320). A definição considera a existência de dois conectores aditivos apenas: “*e* (para a adição das unidades positivas) e *nem* (para as unidades negativas)” (2001, p. 320) (grifo do autor).

Em seguida, são considerados os sentidos contextuais para a melhor compreensão do significado global da mensagem, o que mais se aproxima da análise aqui proposta. Segundo Bechara,

[...] graças ao significado dos lexemas envolvidos na adição, o grupo das orações coordenadas permite-nos extrair um conteúdo suplementar de ‘causa’, ‘conseqüência’, ‘oposição’, etc. Estes sentidos contextuais, importantes na mensagem global, não interessam nem modificam a relação aditiva das unidades envolvidas[...] (2001, p. 320)

No entanto, considerar apenas o sentido expresso pelos lexemas não é o suficiente. Para além disso, há a natureza da relação existente entre as partes que compõem a tessitura textual. Para Marcuschi, os fatores que estabelecem a coesão são “uma espécie de semântica da sintaxe textual”, isto é, dos mecanismos formais de uma língua que permitem estabelecer, entre os elementos linguísticos do texto, relações de sentido.” (KOCH, 2018b, p. 17).

Além disso, nesse material, a conjunção coordenativa aditiva “adiciona ou entrelaça duas ou mais orações, *sem nenhuma idéia subsidiária*” (BECHARA, 2001, p. 477) (grifo meu).

Na formulação: João gosta de andar de bicicleta e correr de patins; não há um vínculo semântico entre as orações como em: João caiu de bicicleta e fraturou o braço. Na segunda, há a soma das duas informações, mas, além disso, há a complementação no nível semântico, pois João só fraturou o braço devido à queda de bicicleta, gerando uma relação de causa e consequência entre as duas orações.

Outra gramática menos crítica menciona que as orações coordenadas sindéticas “normalmente indicam fatos ou acontecimentos dispostos em seqüência [...] têm o papel de somar, sem acrescentar outro matiz de significação.” (CIPRO NETO, 2008, p. 463). Essa última definição, com base na perspectiva adotada neste trabalho, não procede, tendo em vista o caráter complementar no nível do significado, como já visto em algumas orações coordenadas ligadas pela conjunção *e*.

Em uma gramática de português para estrangeiros, nota-se uma abordagem mais específica para o ensino de L.P. como L2 por contar com tabelas em que são listadas as conjunções aditivas, intituladas pela

autora como “copulativas” (ARRUDA, 2004, p. 202). Na tabela das aditivas são consideradas as seguintes conjunções: *e*, *nem*, *também* e *que*. O livro didático faz um apontamento muito relevante acerca do contexto de uso, fator indispensável na perspectiva funcional. A autora pontua que o “sentido que as conjunções apresentam é muito variável e só o contexto permite identificá-lo bem. A conjunção *que*, por exemplo, pode ser final, causal, concessiva, integrante etc.” (ARRUDA, 2004, p. 204) (grifo da autora). Dessa forma, o aspecto flexível semanticamente dessa conjunção é reconhecido, aplicando-se ao *e*.

Já para Cunha e Cintra, as conjunções

[...] são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. As *conjunções* que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de *coordenativas*. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 579) (grifo do autor)

E continua acerca da conjunção coordenativa “liga elementos independentes, estabelecendo entre eles relações de adição [...]” (2001, p. 580). “Aditivas [...] servem para ligar simplesmente dois termos ou duas orações de idêntica função. São as conjunções *e*, *e nem* [= e não]” (2001, p. 580 – grifo do autor).

Nessa última gramática, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, são também reconhecidos valores particulares da conjunção *e*, normalmente, não contemplados na gramática normativa e prescritiva. Os autores defendem que algumas dessas conjunções podem assumir diferentes sentidos no discurso, conforme a relação existente entre os elementos coordenados (palavras e orações). Dessa maneira, são considerados os seguintes valores para o item em questão: adversativo; consequência/conclusão; finalidade; consecutivo; explicação enfática; valor equivalente ao da interjeição, iniciando frases de alta intensidade afetiva; e valor de imitação ao chamado bíblico, facilitando a passagem de uma ideia a outra.

Entretanto, o apontamento realizado por essas gramáticas, no geral, não é aprofundado, de modo que os autores só mencionam a existência de tais ocorrências e até reconhecem o valor complementar ao de adição entre as orações, as quais o item conecta, porém não se debruçam acerca do fenômeno. A explicação que defende o estabelecimento de sentido por meio dos lexemas, menor unidade da língua dotada de sentido, é tida como irrelevante para o estudo da conjunção.

Maria Helena de Moura Neves traz um olhar funcional para as conjunções coordenativas aditivas, privilegiando a natureza da relação

existente entre as orações que compõem o período coordenado. Segundo ela,

O *E* evidencia exterioridade entre os dois segmentos coordenados, e, a partir daí, acresce um segundo segmento a um primeiro, recursivamente, seja qual for a direção relativa desses segmentos, determinada pelas variações contextuais. (NEVES, 2011)

O *E* marca uma relação de *adição* entre os segmentos *coordenados*, o que indica que esse coordenador possui um caráter mais neutro do que os outros (2011, p. 739) (grifo da autora).

A pesquisadora ressalta o papel das variações contextuais que determinam o uso do elemento gramatical. Diferente das gramáticas vistas anteriormente, em que não considerava o aspecto acerca do efeito que o *e* exerce, aqui ele é abordado como um elemento de caráter neutro, se comparado com os demais. Nessa visão, é feita menção a escolhas realizadas pelo enunciador, um ser que pensa sobre seu ato de fala e escrita.

Sobre a natureza da relação entre os segmentos coordenados, Neves afirma que o “*E* pode resultar da adição de segmentos que entre si mantêm uma relação semântica marcada, por exemplo: uma relação de *contraste* [...] de *causa-consequência* [...]” (2011, p. 739-740) (grifo da autora). Baseada nos usos do português, a gramática se detém de modo a privilegiar os aspectos semânticos das ocorrências da conjunção *e*.

A Linguística Textual, cujo objeto de investigação é o texto, “já que o que as pessoas têm para dizer umas às outras não são palavras nem frases isoladas, são textos” (COSTA VAL, 2004, p. 3), privilegia os fatores textuais, como a coerência e a coesão e os fatores contextuais que o constituem. Nessa perspectiva, o “texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é, sim, de ordem qualitativa.” (KOCH, 2018b, p. 11). A coesão é a responsável por estabelecer as relações entre as partes do texto. Koch define o fenômeno da coesão e da coerência textual, respectivamente, como mecanismos cuja função

[...] é assinalar determinadas relações de sentido entre enunciados ou partes de enunciados, como, por exemplo: *oposição* ou *contraste* [...]; *finalidade* ou *meta* [...]; *consequência*[...]; *localização temporal* [...]; *explicação* ou *justificativa* [...]; *adição de argumentos* ou *ideias* [...]. É por meio de mecanismos como estes que se vai tecendo o “tecido” (tessitura) do texto. (2018b, p. 15) (grifo do autor)

O principal papel dessa conjunção é juntar duas informações ou ideias no texto, mas os fatores textuais de coesão e coerência, além dos

contextuais, são indispensáveis para o estabelecimento de sentido na organização da “tessitura” textual.

Para o fator da coerência textual não basta apenas assinalar as relações existentes entre as unidades linguísticas na superfície do texto “Antes, será necessário considerar o processo total ou a estrutura semântica global desde a intenção comunicativa do escritor ou locutor até as estruturas lingüísticas em que se manifesta finalmente essa intenção” (GUIMARÃES, 2002, p. 41). O sentido que é extraído entre as partes do texto ocorre por conta da coerência que o leitor ou interlocutor estabelece dele e não devido às frases preestabelecerem um sentido umas com as outras. Para Guimarães, o texto “é coerente não porque as frases que o tecem guardam entre si determinadas relações, mas antes porque estas relações existem precisamente por força da coerenciado texto. Desse fato pode-se concluir a possibilidade de a “*coesão* ser *efeito* da coerência” (2002, p. 41) (grifo da autora). E continua acerca da coesão, como resultado da coerência no texto: “[...] o texto chega a ser coerente e a refletir-se numa sucessão linear de unidades lingüísticas relacionadas - estas gerando a *coesão* - devido à existência de um plano global prévio à articulação textual ” (2002, p. 4) (grifo da autora).

4. *A conjunção e como operador argumentativo no gênero artigo de opinião*

No artigo de opinião, um texto predominantemente argumentativo, a conjunção *e* pode, junto de outros itens gramaticais, exercer uma série de funções ao introduzir um argumento. Sobre isso Koch afirma que

A gramática de uma língua possui certos elementos que têm por função indicar ou mostrar a força argumentativa dos enunciados, a direção ou o sentido para o qual apontam. Ducrot, o criador da teoria da argumentatividade na língua, designou esses elementos de *operadores argumentativos*. (2017, p. 61) (grifo da autora)

Os operadores argumentativos desempenham um papel fundamental para a argumentação. Eles são “responsáveis pelo *encadeamento dos enunciados*, estruturando-os em texto e determinando a *orientação argumentativa* [...]” (KOCH, 2017, p. 76) (grifo da autora).

Tendo em vista o gênero artigo de opinião, a conjunção pode exercer também o papel de somar “argumentos a favor de determinada conclusão” (KOCH, 2018b, p. 61), corroborando com a finalidade dis-

cursiva do gênero. Une premissas de mesmo teor argumentativo ao mesmo tempo em que as articula. Em estudo anterior, Guimarães afirma que “*oe* é um operador que reúne argumentos de mesma força argumentativa” (GUIMARÃES, 1987, p. 124) e que “[...]se tem procurado, no interior da semântica argumentativa, considerar que estes operadores têm uma função na articulação de argumentos” (GUIMARÃES, 1987, p. 125).

Além disso, *e* funciona, muitas vezes, como uma espécie de conector curinga, podendo ser incorporado em diversos textos, sejam eles orais ou escritos. Eduardo Guimarães (1987) aponta para esse aspecto flexível da conjunção *e* ao compará-la com o *não só ... , mas também*, em que se faz marcante o teor argumentativo. Ele afirma que este último

(...) é um operador cuja frequência não é muito grande e cujo uso parece se dar em textos de registro mais formal, ou com forte caracterização argumentativa. Nisto também ela diferiria da conjunção *e*, muito frequente, independente do registro e do tipo de discurso. (GUIMARÃES, 1987, p. 123) (grifo do autor)

Há dois tipos de articuladores na argumentação: os de relação lógico-semântica e os discursivos argumentativos. O primeiro “são responsáveis pela relação entre o conteúdo de duas orações. No texto, as relações lógico-semânticas entre orações são estabelecidas por meio de conectores.” (2017, p. 124). Dentre essas relações pode-se citar condicionalidade, disjunção, temporalidade entre outras. O segundo tipo de articuladores são os discursivos argumentativos que diferentemente dos anteriores, vão determinar uma relação entre o conteúdo das duas orações. Nesse sentido, serão trabalhadas as relações de causalidade e contrajunção, conforme as funções desempenhadas pela conjunção *e* em determinado contexto de uso.

5. Análise dos usos da conjunção *e* nos artigos

A partir da análise da conjunção *e* nos artigos de opinião, constatou-se uma quantidade significativa cujo valor semântico é meramente aditivo, ou seja, o papel do *e* é somente somar ideias, palavras de mesma função sintática e elementos de composição. Entretanto, a grande quantidade não é espantosa, tendo em vista se tratar de uma conjunção muito utilizada na língua portuguesa.

Para a análise, serão retirados exemplos pontuais de dois artigos de opinião em específico dentre os jornais selecionados, O Globo, Folha

de São Paulo e Gazeta do Povo, com o intuito de não estender demais o trabalho. Em todos os casos serão considerados, além dos fatores textuais, os fatores contextuais, sempre que necessário, para a melhor compreensão do texto como uma unidade de sentido.

O primeiro artigo, *João Gilberto não era o rabugento que se pensa*, do Jornal Folha de São Paulo, aborda o cantor João Gilberto, que morreu no dia 6 de julho de 2019. Já pelo título do artigo, pressupõem-se que o artista era conhecido por sua personalidade enfadadiça, de modo que o propósito do projeto textual é contradizer esse conhecimento compartilhado pelo senso comum, como se confirma no subtítulo “Sensível e afetuoso, compositor era um amigo crítico e franco que amou muitas mulheres e viveu de maneira intensa”. Trata-se, assim, de um texto em potencial para o uso da adversativa, e que, portanto, a conjunção *e* pode servir como um conector pacificador, no sentido de construir de maneira mais sutil, uma imagem do artista que o enunciador deseja sustentar. As relações das ocorrências seguem abaixo:

a) Fazia perguntas por curiosidade	e	não por polidez, e escutava a resposta com atenção plena.
b) Telefonou-me um dia e elogiou Lula. Não pela sua política,	e	sim porque ele chamara Marisa de “minha galega”
c) Isso quando tinha dinheiro. Quando não, pedia emprestado,	e	pagava sempre.
b) Ele acabara de gravar um disco, o primeiro em estúdio numa década,	e	eu precisava de fotos para a capa de Veja.

Em *a)*, na primeira ocorrência de *e*, pode-se perceber que a conjunção não soma duas ideias (“Fazia perguntas por curiosidade” / “não por polidez”), mas ao contrário, carrega um aspecto de contraste entre as partes. A relação que *e* estabelece é de exclusão da informação contida em “não por polidez”, gerando o afastamento desse dado da primeira informação “Fazia perguntas por curiosidade”. João Gilberto fazia perguntas por curiosidade, *mas* não por polidez. A função do *e* na oração é articular duas informações cuja relação estabelecida é de cunho discursivo-argumentativo por contrajunção, ou seja, por “oposição, contraste de ar-

gumentos” (KOCH, 2018b, p. 93) no sentido de contrastar um dado excludente (“não por polidez”) à ideia principal que se quer transmitir (“Fazia perguntas por curiosidade”).

A construção da coerência, segundo Koch, “decorre de uma multiplicidade de fatores das mais diversas ordens: linguísticos, discursivos, cognitivos, culturais e interacionais” (2018c, p. 71). Nesse sentido, cabe ainda comentar sobre a camada extralinguística ou de referentes situacionais em torno do enunciado (“Fazia perguntas por curiosidade” / “não por polidez”) que está relacionada a fatores de ordem cultural.

Culturalmente, estamos inseridos numa sociedade, envolta dos chamados contratos sociais, convenções pré-estabelecidas de conduta social, e considerando fatores como situacionalidade, intencionalidade, aceitabilidade do discurso entre outros, o usuário da língua pode alterar seu comportamento para fins de adequação em um determinado contexto sociointeracional. Logo, fazer perguntas apenas por polidez é bastante comum e estabelecer essa distinção entre um comportamento generalizado na sociedade e um caso em específico, do cantor, faz-se fundamental para a melhor compreensão do texto sobre quem foi essa personalidade. Seguindo essa linha de raciocínio, Koch assevera que:

[...] não só os conhecimentos prévios são de extrema importância no processamento textual e, portanto, para o estabelecimento da coerência como também os conhecimentos partilhados ou pressupostos como partilhados – entre os interlocutores, que vão determinar, por exemplo, o balanceamento entre o que precisa ser explicitado e o que pode ficar implícito no texto. (KOCH, 2018d, p. 53-4)

Desse modo, houve a necessidade de marcar explicitamente por contrajunção a real motivação do cantor fazer perguntas. Caso contrário, o leitor poderia inferir se tratar de mera polidez, levando em consideração os aspectos mencionados. O sentido adversativo articulado pelo *e* se instaura não no nível linguístico, mas no cultural e interacional.

Na segunda ocorrência, nesse ponto do artigo, (“Não pela sua política, *e* sim porque ele chamara Marisa de “minha galega”), *e* assume o papel de elemento coesivo adversativo. A conjunção *aí* pode, facilmente, ser substituída por outra de mesmo valor, como o *mas* ou *porém*, funcionando como uma conjunção discursiva argumentativa por contrajunção.

Para compreender melhor a função desempenhada pela conjunção *e* em *c*), “Quando não, pedia emprestado, *e* pagava sempre.” é preciso considerar elementos linguísticos, do texto em si, mas também extralinguísticos. O próprio artigo indica explicitamente que João Gilberto pas-

sava por problemas financeiros, um fato, talvez, do conhecimento prévio de muitos. A frase anterior, “Isso quando tinha dinheiro.” corrobora esta ideia. Ao dizer que ele pedia emprestado, por causa desta frase anterior, pode-se supor que ele não pagava, mas a complementação já indica o contrário: ele sempre quitava sua dívida. Logo, *e* exerce a função de conjunção adversativa.

Já na ocorrência *d*), se visto de forma isolada sem considerar outras informações cedidas pelo próprio texto e algumas informações prévias de conhecimento de mundo, pode-se pensar que as duas orações (“Ele acabara de gravar um disco, o primeiro em estúdio numa década” / “eu precisava de fotos para a capa de *Veja*.”) não têm dependência de sentido entre si. A segunda seria apenas o somatório de um dado novo, o que faz com que *e* exerça efeito de adição.

Entretanto, oferece menos obstáculos no processamento cognitivo do texto e na identificação da função exercida pela conjunção *e* saber de alguns conhecimentos prévios, como o fato do produtor do texto, Mario Sergio Conti, ser editor da revista *Veja*, na época, e precisar de fotos do artista para complementar algum conteúdo sobre o lançamento de seu novo disco. A construção do sentido é mais bem estabelecida e o efeito de causa e consequência articulado pelo *e* faz-se mais evidente. Por causa do término da gravação do disco o editor precisava incorporar esse feito do cantor na revista.

Um dado novo se destaca neste exemplo. A relação de causa e consequência se faz aqui evidenciada, porque o sujeito das duas orações não é o mesmo. Enquanto a primeira frase apresenta João Gilberto como o sujeito da oração, com o pronome como elemento coesivo, a segunda oração destaca o autor do texto como sujeito. Diferente do exemplo supracitado (João caiu e fraturou o braço), embora tenhamos a ideia de causa e consequência presente na relação entre as orações, o valor aditivo, também aplicável, acaba se sobrepondo à outra ocorrência. Já no exemplo do texto do artigo da Folha, considerando a ocorrência de dois sujeitos diferentes, um para cada oração, o sentido de causa e consequência aparece com maior força.

O segundo artigo, *Um presídio e um cemitério para Pontal do Paraná,* do jornal Gazeta do Povo, discute sobre a problemática acerca do projeto do Pontal do Paraná. O posicionamento assumido pelo jornal é evidente ao deixar claro que tal projeto envolve uma série de danos tanto ambientais quanto sociais, acarretando mais prejuízos do que benefícios  populao local. As ocorrências estão dispostas abaixo:

a) O represamento das águas do Xingu acabou com a pesca da região	e	centenas de pessoas ficaram desempregadas.
b) O caos se instalou na região amazônica	e	hoje se perpetua, crescendo continuamente.
c) Belo Monte funciona a todo o vapor	e	enriquece as empresas que compõem o consórcio de exploração das águas e da energia gerada pelo Xingu.

Em *a)*, a relação de causa e consequência estabelecida entre as partes do texto, as quais a conjunção conectiva, é bastante evidente. As “centenas de pessoas ficaram desempregadas” é a consequência gerada pelo fim da prática de pesca desenvolvida na região, que por sua vez, foi resultado do represamento das águas do rio Xingu. Percebe-se, nesse exemplo, um efeito “dominó”, em que um fato (“O represamento das águas do Xingu”) ocasiona uma reação (“acabou com a pesca da região”), e essa reação gera uma segunda consequência (“centenas de pessoas ficaram desempregadas.”). Nessa construção, tem-se um período composto por coordenação, em que estão unidas duas orações independentes do ponto de vista sintático (O represamento das águas do Xingu acabou com a pesca da região /centenas de pessoas ficaram desempregadas.). O fato de serem independentes possibilita comporem enunciados de forma isolada, já que uma não depende da estrutura da outra. Mas, nesse caso, não surtiria o mesmo efeito de sentido de causa e consequência desejado pelo autor, uma vez que, sua intenção é deixar claro que a causa de centenas de pessoas desempregadas é o fim da pesca na região devido ao represamento das águas do Xingu.

Dessa forma, a relação entre as duas orações se estabelece no nível semântico. Diferente da noção normativa de não haver dependência de ideias entre as coordenativas aditivas. O somatório das duas orações auxilia na construção da ideia a ser transmitida pelo enunciador do texto, que deseja mostrar essa dependência dos fatos no nível semântico, e não da estrutura.

Na ocorrência em *b)*, a causa (“O caos se instalou na região amazônica”) é o que gerou a consequência (“hoje se perpetua, crescendo continuamente.”) para a região de Altamira. A conjunção *e*, assim como o-

corre em *a*), funciona como um elemento coesivo que expressa claramente o valor de causa e consequência entre as orações do período. Assim, o *e* viabiliza a relação entre essas partes, pois se deduz que só é possível um problema, o caos, se perpetuar e crescer constantemente, uma vez que ele se instaura em um determinado ambiente.

Nesse caso, *b*) também pode ser substituído do ponto de vista argumentativo por outro conector de mesma função e dotado de maior capacidade expressiva para a argumentação, como, por exemplo, o uso do *por causa* ao final da segunda oração, mas para tanto seria preciso que houvesse algumas alterações sintáticas para fins de adequação do período.

Embora esta leitura, percebe-se que o fato de haver o mesmo sujeito para as duas orações (*O caos*), o sentido de causa e consequência concorre com o sentido aditivo, neste caso ainda, com acréscimo gradativo de informações, pois *hoje se perpetua (e) cresce continuamente*.

Em *c*), o valor assumido por *e* como elemento coesivo é bem visível também: a causa (“Belo Monte funciona a todo o vapor”) resulta em uma consequência positiva (“enriquece as empresas que compõem o consórcio de exploração das águas e da energia gerada pelo Xingu.”). A lógica em torno do efeito de causa e consequência se repete: as empresas só enriquecem por causa da hidroelétrica que funciona a todo vapor, caso contrário não haveria sentido, tendo em vista que, quanto maior for a produção mais as companhias se beneficiam financeiramente.

Nessa última ocorrência, a conjunção *e* assume o mesmo valor semântico de *por isso*, exceto pelo teor argumentativo enfraquecido. No entanto seu uso é feito, muitas vezes, de forma generalizada. Retoma-se aqui o uso recorrente do *e*, já evidenciado por Guimarães, considerando que a conjunção independe do tipo de registro e discurso em que ocorre.

O que se observa é que em *b*) e *c*) a presença de apenas um sujeito gera um abrandamento no valor de causa e consequência, no entanto ainda existente, pois a segunda oração dá continuidade à declaração feita sobre o sujeito na primeira oração. Essa retomada pode dar notoriedade ao caráter aditivo da conjunção, no sentido de somar acontecimentos, mesmo que um seja, claramente, consequência do outro.

Na ocorrência *a*), é possível perceber uma relação mais explícita de causa e consequência entre as orações marcada pela presença de sujeitos diferentes. Isso implica a atualização do referente e da declaração que será feita dele, como se segue: “O represamento das águas do Xingu”

(Sujeito 1ª oração); “acabou com a pesca da região” (Verbo + predicado 1ª oração); são atualizados por “centenas de pessoas” (Sujeito 2ª oração) e “ficaram desempregadas.” (Verbo + predicado 2ª oração). A não retomada do primeiro sujeito, ocasionada pela atualização de um novo dado, resulta na quebra de continuidade, enfraquecendo a ideia de soma entre as partes e evidenciando a causa e consequência.

Uma observação do ponto de vista dos lexemas envolvidos, como sugere Bechara (2001), aponta para uma dependência no nível extralinguístico, no âmbito do sociocultural, já que o Rio Xingu é a fonte de sustento dessas centenas de pessoas afetadas pelo represamento das águas. O impacto é gerado pela dependência econômica da população envolvida.

6. Conclusão

Por meio das comparações entre gramáticas acerca da concepção que é feita das conjunções coordenativas aditivas, nota-se, na maioria, o reconhecimento por atribuições do elemento gramatical para além do valor meramente aditivo. Entretanto, apesar de outros valores serem considerados, como oposição, causalidade, conclusão, etc., percebe-se que as definições mostram que o caráter aditivo se sobrepõe aos demais, daí esses, por sua vez, são tidos como menos importantes. Porém, em muitos casos o que vemos é o contrário: o valor dito como complementar (âmbito semântico) ao da adição (âmbito sintático) é o de maior efeito e, logo, mais relevante que a relação de soma estabelecida no nível estrutural, responsável por articular sintaticamente as partes da oração ou período. O sentido se constrói a partir do todo, por meio da função que determinadas formas linguísticas assumem em um certo contexto de uso e não pelo papel convencionalizado e solidificado a essas formas pela tradição.

Pressupõem-se que os membros que compõem o corpo editorial dos jornais analisados disponham de elevado nível de escolaridade, conheçam a modalidade culta padrão e saibam o que se espera de um projeto argumentativo. Além de terem noção de fatores da coerência, como aceitabilidade do público-alvo, questão de extrema importância na área de jornalismo. Assim, dentre as diversas possibilidades de escolha disponíveis no eixo paradigmático, os enunciadores optam por selecionar a conjunção *e*, de caráter genérico, e carga semântica fraca aparente para uso no campo da argumentação, tipologia predominante no gênero artigo de opinião. Isso corrobora com a tese defendida de que a natureza da relação que se estabelece no nível semântico, se sobrepõe, em muitos ca-

sos, ao da organização sintática, em que o valor de soma do elemento é quase inquestionável pela abordagem formalista.

O uso da conjunção *e* atende a diversas finalidades comunicativas, o foco deste estudo foi apenas a natureza da relação existente entre as partes que estruturam o texto, mas há outras que assim como essa, merecem um estudo maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Irlandé. *Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.

ARRUDA, Lígia. *Gramática de português para estrangeiros*. Porto: Porto, 2004.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do português brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

_____. Gramática funcional: natureza, funções e tarefas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Descrição do português II*. Publicação do Curso de Pós-Graduação e Língua Portuguesa, Ano V, n. 1. Campus de Araraquara: UNESP, 1991.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2008.

CONTI, Mario Sergio. *João Gilberto não era o rabugento que se pensa*. In: Folha de São Paulo. Uol. 11 jul 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/07/joao-gilberto-nao-era-o-rabugento-que-se-pensa.shtml>> Acesso em: 15 jul 2019.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon; Porto Alegre: LP&M, 2008.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DALLEDONE, Claudio. *Um presídio e um cemitério para Pontal do Paraná*. In: O Globo. 03 jul 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/um-presidio-e-um-cemiterio-para-pontal-do-parana/>> Acesso em: 15 jul 2019.

DUARTE, Maria Eugenia. Coordenação e subordinação. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 205-23

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2018a.

_____. *A coesão textual*. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018b.

_____.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Coerência textual*. 18 ed. São Paulo: Contexto, 2018c.

_____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018d.

_____. *Escrever e argumentar*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: parábola Editorial, 2010.

_____. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem*.

3.ed. São Paulo: Ática, 2009.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: Uma Proposta para o Ensino de Gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.